LEI Nº 1.811, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS AÇÕES E METAS PARA ELABORAÇÃO DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Bom Sucesso do Sul para o exercício financeiro de 2027 observarão as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas estabelecidos nesta Lei, compreendendo:

I. As Metas e Prioridades da Administração Municipal;
II. Da Organização e Estrutura dos Orçamentos;
III. As Diretrizes para a Elaboração e a execução do Orçamento do Município e suas alterações;
IV. As disposições sobre a Reserva de Contingência;
V. As disposições sobre os créditos suplementares, especiais e outros
VI. As disposições sobre as transferências públicas
VII. Os ajustamentos do Plano Plurianual;
VIII. As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
IX. As Disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
X. As Disposições sobre alterações na Legislação Tributária; e
XI. As Disposições Gerais.

Parágrafo Único. Integram também a presente lei os seguintes anexos:

I. Demonstrativo de Riscos Fiscais;
II. Demonstrativo de Benefícios Fiscais;
III. Demonstrativo de Metas Anuais;
IV. Relatório de Projetos em Execução, em atendimento ao art. 45, parágrafo
V. único, da Lei complementar nº 101/2000;

I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 são as especificadas no Anexo III desta Lei, sendo estabelecidas por unidades executoras, funções e subfunções, programas de governo e ações de governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º A utilização do superávit financeiro de recursos ordinários do ano de 2026 será feita prioritariamente para financiar as ações de governo previstas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o *caput*, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 3º As Ações/Metas especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em consonância com as especificadas no Plano Plurianual – PPA, período 2026-2029, e ainda, na Lei Orçamentária Anual para 2027, a ser encaminhada à Câmara Municipal até 31 de outubro de 2026.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA.

II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

§ 1º O Orçamento Fiscal compreenderá as receitas e despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal, ressalvadas as despesas classificadas no Orçamento da Seguridade Social.

§ 2º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as receitas e despesas destinadas às ações integrantes da seguridade social, observadas a legislação vigente e a classificação orçamentária aplicável ao Município.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e suas respectivas unidades orçamentárias, discriminará a receita orçamentária por natureza da receita, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa de governo, ação orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§ 1º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são estabelecidos na Portaria SOF/SETO/ME nº 42, de 14 de abril de 1999, divulgada em sua versão consolidada pela Portaria SOF/ME nº 2.520, de 21 de março de 2022, com alterações promovidas pelas Portarias SOF/MPO nº 221, de 7 de agosto de 2023, e nº 169, de 12 de junho de 2024.

§ 2º A ação orçamentária corresponde a projeto, atividade ou operação especial.

§ 3º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I. Pessoal e encargos sociais - 1;
II. Juros e encargos da dívida - 2;
III. Outras despesas correntes - 3;
IV. Investimentos - 4;
V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;
VI. Amortização da dívida - 6;
VII. Reserva de contingência - 9.

§ 4º Os conceitos e classificações relativos à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa e aos demais níveis da classificação da despesa orçamentária observarão as normas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, especialmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, durante a execução orçamentária, os ajustes necessários na modalidade de aplicação das dotações orçamentárias, observada a legislação vigente e os procedimentos e classificações estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a classificar no elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, as despesas de exercícios encerrados, observadas as disposições do art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Para fins de classificação das despesas com pessoal e encargos sociais, poderá ser utilizado o desdobramento facultativo do elemento de despesa, conforme regulamentação vigente.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a adequar, incluir, alterar ou excluir códigos de destinação e fontes de recursos na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, sempre que necessário para atender às normas e classificações estabelecidas pelos órgãos competentes, observada a vinculação legal dos recursos.

Parágrafo Único. O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.

Art. 10 A Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I. Ao pagamento de precatórios judiciais
II. Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, Requisições de Pequeno Valor - RPV
III. Ao pagamento de juros, de encargos e da amortização da dívida fundada.

Art. 11 A alocação dos créditos orçamentários será feita para a unidade orçamentária, responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 12 O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, constituir-se-á de:

I. Texto da lei;
II. Quadros orçamentários consolidados;

III. Anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita por fontes de recursos e a despesa, na forma da legislação vigente;

IV. Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V. Demonstrativo consolidado da receita e despesa, destinados ao atendimento à criança e ao adolescente, conforme o § 3º, do art. 14, da Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR.

§ 1º. Os quadros orçamentários consolidados a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os anexos a que se refere o inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, são:

I. Evolução da receita, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;

II. Evolução da despesa, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa;

III. Resumo das receitas, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV. Resumo das despesas, por categoria econômica e origem dos recursos;

V. Receita e despesa, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VI. Receita de acordo com a classificação constante do Anexo III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VII. Despesa, segundo o poder e o órgão, a destinação de recursos e os grupos de natureza da despesa;

VIII. Despesa, segundo a função, a subfunção, o programa, os grupos de natureza da despesa e as modalidades de aplicação;

IX. Despesa, segundo os Programas de Governo;

X. Programação referente à aplicação de recursos mínimos para o financiamento das ações de ensino, visando ao cumprimento do art. 212, da Constituição Federal, de 1988, e suas alterações;

XI. Programação referente à aplicação de recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e suas alterações;

XII. Programação estimada dos recursos destinados ao Poder Legislativo Municipal, observados os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.

XIII. Demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

XIV. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita;

XV. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

XVI. Demonstrativo consolidado da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas fiscais.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I. O demonstrativo dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais;
II. O esclarecimento da estimativa para os principais itens da receita;
III. A justificativa para a fixação das principais despesas.

§ 3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentária Anual, e os créditos adicionais, com a sua despesa discriminada por elemento de despesa, e com a identificação da destinação dos recursos.

III - DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, para:

I. A estimativa das receitas de que trata o § 3º, do art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
II. A proposta de Lei Orçamentária Anual para 2027, e seus anexos;
III. A Lei Orçamentária Anual para 2027, e seus anexos.

Art. 14 Será assegurada a destinação de recursos orçamentários para a implementação e manutenção de programas públicos voltados ao atendimento da criança, do adolescente e do jovem no Município, observado o disposto no art. 227 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e na Instrução Normativa nº 36, de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 15 Na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser observadas as metas fiscais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais e as disposições constantes do Anexo de Riscos Fiscais desta Lei, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16 A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão realizadas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme dispõe o art. 4º, inciso I, alínea "e", e o art. 50, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17 A Procuradoria do Município encaminhará ao órgão responsável pela elaboração do orçamento municipal, até 31 de julho de cada exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária Anual, observados os prazos e demais requisitos estabelecidos no art. 100 da Constituição Federal e na legislação aplicável, contendo as informações necessárias à sua identificação.

§ 1º A inclusão de dotações para pagamento de precatórios observará a ordem cronológica e as preferências estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação aplicável.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor – RPV observará os critérios estabelecidos na Constituição Federal, nas Emendas Constitucionais aplicáveis e nas normas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelos Tribunais competentes.

Art. 18 Na programação da despesa não poderão ser incluídas:

I. Despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente constituídas as unidades responsáveis pela execução;
II. Despesas a título de investimentos com regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 19 As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e dos créditos adicionais aprovados procederão ao empenho da despesa, observados os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso, em conformidade com as respectivas classificações orçamentárias e demais normas vigentes, de modo a assegurar que a execução da despesa ocorra em estrita observância dos princípios da legalidade, do planejamento, da transparência, da eficiência e da responsabilidade na gestão fiscal, compatibilizando a autorização orçamentária com a disponibilidade financeira do ente e preservando o equilíbrio das contas públicas.

Art. 20 A Receita Total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada para atender às despesas públicas, observada a seguinte ordem de prioridades:

I. Despesa com pessoal e encargos sociais;
II. Contribuições previdenciárias e demais obrigações patronais perante o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
III. Pagamento da amortização da dívida pública e dos respectivos encargos;
IV. Cumprimento das aplicações mínimas constitucionais em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da criança, do adolescente e do jovem;
V. Cumprimento das obrigações constitucionais relativas ao repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;
VI. Custeios administrativos e operacionais, assim entendidas as despesas necessárias para garantir o funcionamento dos serviços públicos essenciais à população;
VII. Contrapartidas financeiras do Município em operações de crédito;
VIII. Contrapartidas financeiras do Município em convênios, acordos, ajustes e demais instrumentos congêneres celebrados com a União, o Estado ou outros entes públicos;
IX. Conclusão dos investimentos em andamento;
X. Execução de novos investimentos.

Art. 21 O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às ações e serviços de saúde, assistência social e às despesas previdenciárias decorrentes das obrigações do Município perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS:

I. Das contribuições sociais;
II. Dos recursos consignados no Orçamento Fiscal;
III. Das demais receitas, inclusive as próprias, as vinculadas e as arrecadadas por órgãos, entidades e fundos cujas despesas integrem a Lei Orçamentária Anual.

Art. 22 Compete aos Departamentos Municipais de Administração e de Finanças a coordenação do processo de elaboração, consolidação e encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei, cabendo-lhes:

I. Estabelecer o calendário das atividades e os prazos necessários à elaboração das propostas orçamentárias;
II. Elaborar, organizar e disponibilizar os materiais, orientações e instrumentos necessários à formulação das propostas parciais dos Orçamentos Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município;
III. Expedir as instruções e orientações técnicas necessárias ao correto preenchimento e encaminhamento das propostas parciais que integrarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. As unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo deverão participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, encaminhando aos órgãos responsáveis pela coordenação do orçamento suas respectivas demandas, estimativas de despesas, prioridades e informações necessárias à composição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, observados os limites estabelecidos nas diretrizes orçamentárias, na programação financeira e na legislação vigente.

Art. 23 Poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 as dotações destinadas à execução de despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito autorizadas até o exercício de 2026, desde que observadas as disposições legais aplicáveis, os limites de endividamento, as condições estabelecidas pelos órgãos competentes e as normas de responsabilidade fiscal.

Art. 24 O Poder Legislativo Municipal observará, para a fixação de suas dotações orçamentárias para o exercício financeiro de 2027, o limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, cuja base de cálculo será apurada na forma constitucional, considerando as receitas efetivamente realizadas no exercício anterior, observadas as normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 25 São vedados aos ordenadores de despesa quaisquer atos ou procedimentos administrativos que autorizem a execução de despesas sem a observância das disposições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente quanto à demonstração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à declaração de adequação orçamentária e financeira da despesa.

Parágrafo único. A Contabilidade Municipal efetuará o registro dos atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial que tenham sido

efetivamente realizados, sem prejuízo da apuração das responsabilidades dos agentes públicos e da adoção das providências cabíveis quando constatada a inobservância das disposições previstas no caput deste artigo.

Art. 26 Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, considera-se:

I. Que as estimativas de impacto orçamentário-financeiro e as declarações do ordenador de despesa quanto à adequação orçamentária e financeira da despesa deverão integrar o respectivo processo administrativo, inclusive aqueles relacionados às contratações públicas regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como aos procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos previstos no § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II. Como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os valores atualizados na forma da legislação federal vigente e dos atos normativos que venham a regulamentá-los.

Art. 27 As propostas de criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado no âmbito do Poder Executivo Municipal, assim entendidas aquelas decorrentes de lei, ato normativo ou obrigação legal que imponham ao Município a execução de despesa corrente por período superior a dois exercícios financeiros, deverão atender às disposições previstas no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação municipal aplicável, especialmente na Lei Complementar Municipal nº 133, de 15 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. As propostas de que trata o caput deste artigo deverão ser encaminhadas previamente aos Departamentos Municipais de Administração e de Finanças, para análise da compatibilidade orçamentária e financeira, avaliação do impacto da despesa e verificação do atendimento aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

Art. 28 Os recursos financeiros repassados pelo Município mediante termos de fomento, termos de colaboração, convênios ou instrumentos congêneres, quando não utilizados integralmente no objeto pactuado, bem como os respectivos rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser devolvidos ao Tesouro Municipal pela entidade beneficiária, observados os prazos e as condições estabelecidos no respectivo instrumento jurídico e na legislação vigente.

Parágrafo único. A devolução dos saldos remanescentes deverá ocorrer preferencialmente até 31 de janeiro do exercício subsequente ao da execução da parceria, salvo disposição diversa prevista no instrumento celebrado ou na regulamentação aplicável.

Art. 29 O Poder Executivo elaborará e publicará a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, detalhados por órgão e unidade orçamentária, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a finalidade de assegurar a compatibilidade entre a execução da despesa e o ingresso dos recursos financeiros, bem como o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, em prazo compatível com a elaboração da programação financeira municipal, sua previsão de desembolso mensal para o exercício de 2027, para fins de consolidação das informações e elaboração da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Município.

§ 2º O Poder Executivo deverá publicar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 30 No mesmo prazo estabelecido para a publicação da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, contendo as medidas destinadas ao combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como a quantidade de ações ajuizadas e os respectivos valores destinados à cobrança da dívida ativa, além do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31 Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estabelecerá, mediante ato próprio, os percentuais e os montantes a serem contingenciados por órgão, entidade e fundo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e na legislação vigente.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais de execução, bem como aquelas consideradas essenciais à manutenção dos serviços públicos, as destinadas ao atendimento da criança, do adolescente e do jovem, além de outras definidas em ato próprio do Poder Executivo.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será realizada de forma proporcional à participação de cada Poder no conjunto das dotações orçamentárias iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará oficialmente o Poder Legislativo e apresentará os relatórios e demonstrativos necessários, inclusive os balancetes do bimestre imediatamente anterior, quando constatado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação e na definição da necessidade de adoção do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, deverá ser considerado o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observado o comportamento dos recursos por fonte ou destinação de recursos.

IV - DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 32 A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será constituída com recursos correspondentes a, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos

fiscais e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Resguardados os recursos necessários ao atendimento dos passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos previstos no caput, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais, observadas as condições estabelecidas nesta Lei e na legislação vigente.

§ 2º Caso os riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências não se concretizem até 30 de novembro do exercício financeiro, os recursos correspondentes poderão ser utilizados, a partir de 1º de dezembro, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, mediante ato próprio do Poder Executivo, observadas as disposições legais aplicáveis.

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência deverá preservar a finalidade estabelecida no caput deste artigo, assegurando a disponibilidade necessária para o atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos.

V - DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES, ESPECIAIS E OUTROS

Art. 33 A Lei Orçamentária Anual conterá autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares, mediante decreto, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada, com os respectivos limites para o Orçamento Fiscal e para a Seguridade Social.

Art. 34 Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais, serão apresentados na forma e com os detalhamentos idênticos aos da Lei Orçamentária Anual.

Art. 35 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro anterior, quando houver saldo a executar, poderá ser realizada no exercício seguinte, nos limites dos respectivos saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 36 Observado o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a promover transposições, remanejamentos e transferências de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, quando necessários à adequação da execução orçamentária em decorrência de alterações na estrutura administrativa, da criação, extinção, transformação, incorporação, fusão ou desmembramento de órgãos, entidades ou unidades administrativas, bem como de modificações em suas competências e atribuições, preservada a finalidade dos programas, ações e metas governamentais.

VI - DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 37 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações destinadas à concessão de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de natureza continuada e prestem atendimento direto e gratuito à população nas áreas de assistência social, saúde e educação, observado o disposto na legislação vigente.

§ 1º As entidades privadas sem fins lucrativos interessadas no recebimento de subvenções sociais deverão atender aos requisitos estabelecidos em regulamentação Municipal.

§ 2º A transferência de recursos públicos às entidades de que trata este artigo será formalizada mediante os instrumentos jurídicos cabíveis, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, bem como, quando aplicável, nos arts. 184 e 184-A da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente em seu art. 26, e demais normas pertinentes.

Art. 38 As parcerias celebradas pela Administração Pública Municipal com organizações da sociedade civil, com ou sem transferência de recursos financeiros, observarão o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 39 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefício financeiro destinado ao custeio de aluguel de imóvel residencial para famílias em situação de emergência habitacional e em condição de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Aluguel Social – PAS, observado o disposto na Lei Municipal Nº 1.617/2022, que o instituiu e na legislação aplicável.

Parágrafo único. A concessão, a manutenção, o valor, o prazo, os critérios de elegibilidade e as demais condições para a percepção do benefício serão disciplinados pela legislação específica do Programa de Aluguel Social e por sua regulamentação.

VII - DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 40 A inclusão, a exclusão ou a alteração de programas, ações, prioridades e metas constantes dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município poderão ser propostas pelo Poder Executivo mediante projeto de lei específico, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, observada a legislação vigente.

VIII - DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações suficientes para o pagamento do serviço da dívida pública municipal.

Parágrafo único. As dotações de que trata o caput compreenderão as despesas com juros, encargos e amortização da dívida decorrente de operações de crédito contratadas ou autorizadas até o encerramento do exercício de 2026

IX - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 42 As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas em conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis e com os limites e demais normas estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 43 Para fins de elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, a projeção das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo terá como base a folha de pagamento vigente no mês de julho de 2026, compatibilizada com a

execução da despesa até esse período e com os acréscimos decorrentes da legislação aplicável.

Art. 44 A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, observará o disposto na Lei Orgânica do Município, e será concedida mediante lei específica, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a existência de dotação orçamentária suficiente na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 ou em créditos adicionais e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 A instituição, concessão ou aumento de vantagem pecuniária, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração e a implementação de planos de carreira, a realização de concursos públicos, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, bem como a implantação de programas de qualidade, produtividade, remuneração variável, mobilidade funcional e demais formas de desenvolvimento funcional previstas na legislação municipal poderão ser efetivadas no exercício de 2027, desde que:

I. Sejam observadas as disposições dos arts. 37 e 169 da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
II. Haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
III. Exista disponibilidade financeira para suportar as respectivas despesas; e
IV. Sejam respeitados os limites legais de despesa com pessoal.

Art. 46 O Poder Legislativo, no exercício financeiro de 2027, observará, quanto às despesas com pessoal e encargos sociais o disposto nesta Lei.

X - DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47 O Poder Executivo poderá, mediante autorização em lei específica, conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária com vistas a estimular o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes pertencentes a segmentos sociais menos favorecidos, desde que observadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os incentivos ou benefícios de que trata o caput deverão ser considerados na estimativa da receita orçamentária e estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes, bem como atender às demais exigências previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 48 Os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança, poderão ser cancelados, observada a legislação tributária municipal e demais normas aplicáveis, não caracterizando renúncia de receita, nos termos do art. 14, § 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira que implique renúncia de receita deverá observar as condições previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, inclusive quanto à adoção das medidas de compensação, quando exigidas.

Art. 50 A execução da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais observará os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Art. 51 Todas as receitas arrecadadas pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso, observadas as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Art. 52 O Poder Executivo publicará a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 acompanhada do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, contendo o detalhamento das dotações por unidade orçamentária e categoria de programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 53 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, para abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante prévia e específica autorização legislativa, observado o disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 54 As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades desta Lei e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 deverão observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e orçamento, promovendo-se, quando necessário, os ajustes pertinentes entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 55 As metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei poderão ser atualizadas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, em decorrência de alterações nos parâmetros macroeconômicos utilizados nas estimativas de receitas e despesas, bem como da avaliação da execução orçamentária do exercício em curso.

Art. 56 As metas físicas previstas no Anexo de Metas e Prioridades desta Lei poderão ser atualizadas quando da aprovação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 que impliquem alteração da programação orçamentária, visando à compatibilização entre as peças de planejamento e orçamento.

Art. 57 As condições para contratação, os custos de referência e a execução de obras e serviços de engenharia financiados com recursos provenientes de outros entes da Federação ou de agentes financeiros observarão os critérios e normas estabelecidos pelo órgão ou instituição responsável pelo repasse dos recursos.

Art. 58 Em atendimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Orçamentária Anual e as leis de créditos adicionais somente incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único: As obras e projetos em andamento são especificados no Anexo IV - Relatório de Investimentos - Projetos em Andamento, em cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 59 Para fins de cumprimento do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Municipal deverão integrar-se ao sistema integrado de administração financeira e controle mantido pelo Poder Executivo, observadas as disposições legais e preservadas a autonomia administrativa e financeira de cada Poder.

Art. 60 A Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP será centralizada em uma única unidade orçamentária da Administração Direta, responsável pelo seu empenho, liquidação, pagamento e controle, observadas, para fins de custeio, as respectivas fontes de recursos que integram a base de cálculo da contribuição, salvo determinação legal em contrário.

Parágrafo único. Na Administração Direta, quando o valor anual da contribuição para o PASEP, calculado sobre determinada fonte de recursos, for inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), poderá ser custeado com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 61 Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não seja aprovado até o encerramento da sessão legislativa do exercício de 2026, a Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, para apreciação da matéria.

Art. 62 Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não ser sancionado ou promulgado até 1º de janeiro de 2027, poderá ser executada a programação constante do respectivo Projeto, mensalmente, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, até a sanção ou promulgação da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O limite previsto no caput não se aplica às despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais de execução, ao serviço da dívida pública, às despesas necessárias à continuidade de serviços públicos essenciais e às demais despesas cuja execução seja autorizada pela legislação vigente, observado, em qualquer caso, o limite da disponibilidade financeira e a necessidade de continuidade do serviço público.

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Bom Sucesso do Sul para o exercício financeiro de 2027.

Art. 64 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23(vinte e três) dias mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
PREFEITO

Publicado em: 25/09/2026
Edição nº: 3624
Página: 52 - 57
Órgão Oficial Eletrônico

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL

Conforme previsão constante no contrato, os valores dos serviços ficam reajustados pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, aplicando-se o percentual acumulado de **4,108810%** sobre os valores contratuais sujeitos ao reajuste.

Em decorrência da aplicação do referido índice e considerando os quantitativos renovados para o novo período contratual, o valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 4.591,20 (Quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos)**, conforme valores discriminados na tabela constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício	Conta	Funcional	Fonte	Natureza	Grupo d
2025	06600	18.542.1001.2146	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata registro de preço **nº 29/2025** que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 22/09/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	*IDENILSON JOÃO STRAPASSON*
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:82B726A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ANEXO I - ESTIMATIVA DAS RECEITAS LDO 2027

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR			
Lei de Diretrizes Orçamentárias			
Anexo I - Estimativa das receitas			
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais			
Dados Aprovados pelo Legislativo			
Estimativa das Receitas Orçamentárias			
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 2222 Data: 01/01/2027 Tipo: Lei			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO			
Especificação	Receitas Previstas		
	2027		Total
	Direta	Indireta	
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	54.262.890,00	-	54.262.890,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.774.300,00	-	3.774.300,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	3.098.500,00	-	3.098.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	787.000,00	-	787.000,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualque	1.549.000,00	-	1.549.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	762.500,00	-	762.500,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	660.400,00	-	660.400,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	222.900,00	-	222.900,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	437.500,00	-	437.500,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	304.900,00	-	304.900,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial	846.130,00	-	846.130,00

1.3.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Valores Mobiliários	824.630,00	-	824.630,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Juros e Correções Monetárias	824.630,00	-	824.630,00
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita de Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes	49.057.760,00	-	49.057.760,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências da União e de suas Entidades	27.044.260,00	-	27.044.260,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Decorrentes Participação na Rece	23.738.000,00	-	23.738.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. das Comp. Financ. p/ Exploração de Rec	380.000,00	-	380.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único d	1.839.100,00	-	1.839.100,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. do Fundo Nacional do Desenvolvi. da	499.690,00	-	499.690,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Complementação da União a	294.000,00	-	294.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistência S	201.050,00	-	201.050,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Transferências de Recursos da União	92.420,00	-	92.420,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas	18.205.500,00	-	18.205.500,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados e Distrito F	17.406.900,00	-	17.406.900,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. Compensações Financ. pela Expl. de Rec	14.300,00	-	14.300,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único d	388.000,00	-	388.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados e Distrito Fed	396.300,00	-	396.300,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Outras Instituições Públicas	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Correntes	59.800,00	-	59.800,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	-	1.000,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Restituições	1.000,00	-	1.000,00
Receitas de capital			
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas de Capital	465.000,00	-	465.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	465.000,00	-	465.000,00

Especificação	Receitas Previstas		
	2027		Total
	Direta	Indireta	
Total de Receitas	**54.727.890,00**	**-**	**54.727.890,00**
Deduções da receita			
Renúncia			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	92.940,00	-	92.940,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	90.970,00	-	90.970,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	71.200,00	-	71.200,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	70.500,00	-	70.500,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	700,00	-	700,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	19.770,00	-	19.770,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.500,00	-	3.500,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	16.270,00	-	16.270,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	1.970,00	-	1.970,00
Descontos Concedidos			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	49.690,00	-	49.690,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.520,00	-	49.520,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	48.500,00	-	48.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	48.185,00	-	48.185,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualque	300,00	-	300,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	15,00	-	15,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	1.020,00	-	1.020,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	925,00	-	925,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	95,00	-	95,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	170,00	-	170,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	170,00	-	170,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	170,00	-	170,00
FUNDEB			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências da União e de suas Entidades	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Decorrentes Participação na Rece	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas	3.470.000,00	-	3.470.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados e Distrito F	3.470.000,00	-	3.470.000,00
Total das Deduções	**7.906.230,00**	**-**	**7.906.230,00**
Total Liquido das Receitas	**46.821.660,00**	**-**	
Total Geral	**46.821.660,00**		**46.821.660,00**

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:12ECF0A5

CHEFE DE GABINETE
ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS LDO 2027

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício

2027			
Dados Aprovados pelo Legislativo			
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 2222 Data: 01/01/2027 Tipo: Lei			
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO			
Classificação Institucional: 99.99-Todos			
INICIAL			
PROGRAMA			
Operações Especiais			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	0	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	30100	
OBJETIVO			
Operações Especiais			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.594.600,00**
PROGRAMA			
PROCESSO LEGISLATIVO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
CÂMARA DOS VEREADORES			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	10100	
OBJETIVO			
Assegurar o funcionamento da câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal.			
JUSTIFICATIVA			
Legislar de acordo com a Lei Orgânica Municipal e legislação vigente.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 913.500,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	2	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
CHEFE DE GABINETE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	20200	
OBJETIVO			
Coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelos departamentos municipais; assessorar o Chefe do Poder Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante setores e autoridades municipais, estaduais e federais; repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; executar ações de natureza jurídica; promover ações de controle interno; e coordenar o processo de modernização estrutura administrativa.			
JUSTIFICATIVA			
Dotar o gabinete municipal de condições para supervisionar e coordenar as atividades desenvolvida no demais órgãos.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.205.500,00**
PROGRAMA			
COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	3	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	30100	
OBJETIVO			
Executar atividades de natureza administrativa, coordenar as questões relacionadas ao planejamento municipal; financeira e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face as metas estabelecidas neste plano; implantar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa.			
JUSTIFICATIVA			
Apoio e suprimento das estruturas administrativas e técnicas dos diferentes setores da municipalidade.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 3.333.613,40**
PROGRAMA			
GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	4	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	40100	
OBJETIVO			
Compreender, modernizar e operacionalizar o sistema de tributação, fiscalização e ações relacionadas aos mecanismos de arrecadação, fiscalização, controles de receitas públicas, execução orçamentária e financeira, patrimonial, visando o atendimento das normas gerais de gestão fiscal.			
JUSTIFICATIVA			
Conjunto de ações desenvolvidas visando garantir os recursos necessarios ao custeio dos meios administrativos, recursos humanos, materiais, serviços técnicos e institucionais, com vista a assegurar as condições operacionais da administração.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.329.500,00**
PROGRAMA			
GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	5	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	50100	
OBJETIVO			
Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações e controle, mapeamento das estradas vicinais, dotar de recursos para a manutenção de pessoal, veículos e maquinários, garantir a trafegabilidade nas estradas vicinais, locação de máquinas, caminhões e veículos leves, aquisição de equipamentos rodoviários, aquisição de caminhões basculantes, veículos entre outros, pavimentação com pedras irregulares em rodovias municipais, construção de pontes, bueiros e pontilhões.			
JUSTIFICATIVA			

Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações correlatas ao departamento.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 7.229.100,00**

PROGRAMA		
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	6
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA		
DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	60100

OBJETIVO

Planejar e apoiar a construção de conjunto habitacional; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; proceder a análise de projetos arquitetônicos, expedir alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações.

JUSTIFICATIVA

Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos da malha viária central e periférica em atendimento das ações do departamento.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 4.761.460,00**

PROGRAMA		
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	7
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	70100

OBJETIVO

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais entre outros.

JUSTIFICATIVA

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os niveis de atendimento a população do municipio de forma a reduzir os custos sociais.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Consulta por habitante	Unidade	3,80	3,80
Taxa de Vacinação	%	98,00	98,00
Taxa de Mortalidade Infantil	%	0,00	0,00
Combate a AIDS. Malaria e Outras Doenças	%	96,00	67,00
Melhorar a Saúde das Gestantes	%	100,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 12.913.850,00**

PROGRAMA		
GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	8
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA		
DIV.ASSIST.SOCIAL E PROM.DIR.INF.E JUV.		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80100

OBJETIVO

Execução de programas e projetos de atenção básica nas áreas da criança, adolescentes, idoso e pessoas portadoras de deficiência fisica e mental; Atendimento a criança com problemas de carência nutricional; Projetos e ações de assistência à terceira idade; Execução do programa de desfavelamento, moradias para pessoas carentes; Aquisição de terrenos para programas de desfavelamento; Execução das ações básicas preconizadas pela LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social 8742/93, especialmente as relacionadas ao auxilio funderal e natalidade; Auxilio a população carente com passagens, alimentação, medicamentos e documentação; Aquisição de equipamentos de informática para o trabalho social; Ampliação, reforma e aquisição de materiais e utensilios para ações sociais; Construção de casas populares para famílias que se encontram em situação precária de moradia ou em faixas de risco; Apoio em parceria com a sociedade civil organizada para atendimento a calamidades públicas; Apoio as atividades dos Conselhos: Tutelar, da Criança e Adolescente e de Assistência Social; Apoio financeiro e técnico através de convênio, a programas executados por entidades não governamentais.

JUSTIFICATIVA

Executar programas sociais de natureza comunitáriom atender crianças e adolescentes, e idosos propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
	Unidade	**Índice**	**Índice**
Indicadores	**de Medida**	**Recente**	**Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Idosos	Pessoas	47,00	48,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.188.800,00**

PROGRAMA		
ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	9
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA		
FUNDO M.DIR.DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80200

OBJETIVO

Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes.

JUSTIFICATIVA

Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Crianças e Adolescentes	%	97,00	98,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 317.500,00**

PROGRAMA		
GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	10
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA		
DIVISÃO DE ENSINO		
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90100

OBJETIVO

Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino fundamental; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar.

JUSTIFICATIVA

Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**

Aprovação Escolar Rede Municipal	%	100,00	100,00
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Taxa de Evasão Escolar	%	0,00	0,00
Taxa de Alfabestimo	%	2,00	2,00
Taxa de Frequência Escolar	%	96,00	97,00
Taxa de Analfabetismo de Adultos	%	1,50	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 9.179.990,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	11	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE CULTURA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90300	
OBJETIVO			
Realização de eventos culturais e promoção de festividades turisticas.			
JUSTIFICATIVA			
Realização de eventos culturais e turisticos tais como festivais e festa gastronomica.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 208.000,00**
PROGRAMA			
COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	12	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ESPORTES			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90400	
OBJETIVO			
Execução de programas voltados a pratica desportiva.			
JUSTIFICATIVA			
Promover a pratica desportiva no municipio, melhorando a qualidade de vida da população			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 261.200,00**
PROGRAMA			
PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	13	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIV. FOM. AGRIC. PEC. PROT.MEIO AMBIENTE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	100100	
OBJETIVO			
Apoiar o aumento da produtividade e da renda do setor agropecuário; aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente; estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis; identificar fontes poluidoras do meio ambiente; promover ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso de agrotóxico; manter viveiro florestal e produzir mudas; realização de convênios com empresas e entidades; estímulos a instalação de agroindústrias no município.			
JUSTIFICATIVA			
Aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente, estimular a exploração racional dos recursos renovaveis			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 713.130,00**
PROGRAMA			
APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	14	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110100	
OBJETIVO			
Promover o processo de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura para implantação de incubadoras de empresas, apoio as atividades comerciais e prestadoras de serviços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo em especial na Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Monumento Cristo Luz e promoção de eventos turísticos.			
JUSTIFICATIVA			
Apoio as atividades comerciais e prestadoras deservços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.028.000,00**
PROGRAMA			
APOIO AO TURISMO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	15	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110100	
OBJETIVO			
Execução de obras de infra-estrutura na área turistica.			
JUSTIFICATIVA			
Promover o turismo com execução de infra-estrutura e melhoramento das áreas turisca no municipio			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 120.000,00**
PROGRAMA			
GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	16	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO DE DESEN. CIENTIFICO E TECNOLOGICO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110200	
OBJETIVO			
Manutenção das atividades operacionais do Centro de Desenvolvimento Cientifico e Técnologico.			
JUSTIFICATIVA			

Operacionalização e manutenção do Centro para capacitação dos jovens para o mercado de trabalho			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 10.500,00**
PROGRAMA			
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	17	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
AÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
JUSTIFICATIVA			
Avançara na construção do desenvolvimento local e regional com impactos positivos na redução da pobreza e desigualdade social.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 34.500,00**
PROGRAMA			
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	19	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
Aprendizagem Profissional			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 4.200,00**
PROGRAMA			
ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	20	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
Atendimento Socio Educativo			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 6.500,00**
PROGRAMA			
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	9999	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	40100	
OBJETIVO			
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS			
JUSTIFICATIVA			
Atender as disposições da Lei 101/00 com passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 468.216,60**
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			**R$ 46.821.660,00**

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:5DC0F1AA

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 2 - ÃVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2027								
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.146.197,59	0,008	83,697	23.196.197,59	62,78
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.264.378,00	0,005	84,410	58.832.454,97	0,007	82,144	22.568.076,97	62,23
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.713.277,04	0,008	83,697	23.763.277,04	64,31
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.685.000,00	0,005	83,062	58.810.858,09	0,007	80,832	23.125.858,09	64,81
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	579.378,00	0,000	1,349	21.596,88	0,000	1,312	(557.781,12)	-96,27
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III –	579.378,00	0,000	1,349	43.193,76	0,000	1,312	(536.184,24)	-92,54
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	3.921.526,64	0,000	-	3.921.526,64	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(4.616.611,53)	(0,001)	-	(4.616.611,53)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	(733.412,03)	(0,000)	-	(733.412,03)	

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	784.677.000.000,00	784.677.000.000,00

Receita Corrente Líquida - RCL	42.961.971,88	44.147.190,66
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha.		
Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.		
Fonte da Informação:		

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:23CD7004

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						R$ 1,00
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00
TOTAL	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-
Fonte da Informação:						
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:D06B1CB7

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DAS RENÚNCIAS DE RECEITA LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2026						R$ 1,00
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	13.700,00	15.500,00	17.300,00	Projeção de aumento da UFM
ITBI	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	50.000,00	55.000,00	58.000,00	Valores previstos de acordo com a execução exercícios anteriores
ISS	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	500,00	700,00	900,00	Valores previstos de acordo com a execução exercícios anteriores
Taxas	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	8.000,00	9.000,00	10.000,00	Valores previstos de acordo com a execução exercícios anteriores
TOTAL			72.200,00	80.200,00	86.200,00	

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:C8E5AC86

CHEFE DE GABINETE
METAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO LDO 2027

Unidade Gestora: CONSOLIDADO Prefeitura Municipal Bom Sucesso doSul-PR		
LDO-2027-Alteração Legal 1		
Metas das Ações Prog. Gov.		
Fundamento Legal: 024 - Projeto de Lei - Em Elaboração		
	Valores	
	2027	Total
	1.594.600,00	1.594.600,00
0-Operações Especiais	913.500,00	913.500,00
1-PROCESSO LEGISLATIVO	1.205.500,00	1.205.500,00
2-GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL	3.333.613,40	3.333.613,40
3-COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO	1.329.500,00	1.329.500,00
4-GESTÃO CONTÁBIL,FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO	7.229.100,00	7.229.100,00
5-GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	4.761.460,00	4.761.460,00
6-GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.913.850,00	12.913.850,00
7-COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE	1.188.800,00	1.188.800,00
8-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	317.500,00	317.500,00
9-ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR	9.179.990,00	9.179.990,00
10-GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	208.000,00	208.000,00
11-GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA	261.200,00	261.200,00
12-COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR	713.130,00	713.130,00
13-PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA	1.028.000,00	1.028.000,00
14-APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	120.000,00	120.000,00
15-APOIO AO TURISMO	10.500,00	10.500,00
16-GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	34.500,00	34.500,00
17-SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.200,00	4.200,00
19-APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	6.500,00	6.500,00
20-ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO		

9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	468.216,60	468.216,60
TOTAL DA LDO	46.821.660,00	46.821.660,00
Dados Enviados ao Legislativo		
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 14/Ago/2026, 14h e 22m.		

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:698191C5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – *REGISTRO DE PREÇOS 33/2026 (Processo Licitatório 104/2026)*

De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 45/2026**, que teve como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de prestador de serviços de inseminação artificial em bovinos, bem como para aquisição de botijões destinados ao armazenamento e conservação de sêmen em nitrogênio líquido, a serem utilizados no âmbito do Programa Leite Bom, visando atender às demandas dos produtores rurais participantes do programa conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência.** O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor das empresas abaixo descritas, junto com seus itens e valores relacionados:

EMPRESA FORNECEDORA: LETICIA & JOICE AGROPECUARIA LTDA - EPP - CNPJ: 31.047.654/0001-02

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL** no rebanho bovino em todo território municipal: custear as despesas de pessoal, veículo e combustível. O sêmen, nitrogênio líquido, luvas e bainhas serão fornecidos pela Prefeitura - Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, e o prestador de serviço responsabilizar-se-á pela armazenagem e qualidade do sêmen, mantendo-o em boas condições de conservação; deverá abastecer o botijão criogênico com nitrogênio líquido, periodicamente e sempre que necessário; emitir relatório mensal de inseminação juntamente com as palhetas de sêmen já utilizadas, a ser entregue junto com os comprovantes de inseminação assinados pelo produtor; deverá estar à disposição, todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mediante serviço de plantão, informando no mínimo duas linhas telefônicas; o atendimento deverá ser impreterivelmente em horário previamente agendado com o proprietário do animal a ser inseminado, respeitando o comportamento reprodutivo do animal, deverá possuir no mínimo 01 (um) profissional (inseminador), para executar os trabalhos, ter no mínimo 01 (um) veículo para o bom atendimento dos produtores de Bom Sucesso do Sul/PR.	Unid.	2000	serviço	87,50	175.000,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)				

EMPRESA FORNECEDORA: RD PRODUTOS CRIOGENICOS LTDA -ME - CNPJ: 55.422.008/0001-38

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
2	**BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO,** recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 20,5 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 55 mm; altura total: 660 mm; com capacidade para 720 doses (palheta média) e 1.440 doses (palheta fina); Garantia para defeitos de fabricação: 5 anos contados da data da entrega. Sugestão de marca: MVE.	Unid.	3	Haier Biomedical YDS-20	3.659,80	10.979,40
3	**BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO,** recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 34,8 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 89 mm; altura total: 675 mm; com capacidade para 2.100 doses (palheta média) e 4.200 doses (palheta fina); Garantia para defeitos de fabricação: 5 anos contados da data da entrega. Sugestão de marca: MVE.	Unid.	1	Haier Biomedical YDS-35-125	7.879,00	7.879,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		R$ 18.858,40 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO

R$ 193.858,40 (cento e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Bom Sucesso do Sul, 25 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul-PR
LDO-2027-Alteração Legal 1
Metas das Ações Prog. Gov.

Fundamento Legal: 024 - Projeto de Lei - Em Elaboração

	Valores	
	2027	Total
0-Operações Especiais	1.594.600,00	1.594.600,00
1-PROCESSO LEGISLATIVO	913.500,00	913.500,00
2-GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL	1.205.500,00	1.205.500,00
3-COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO	3.333.613,40	3.333.613,40
4-GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO	1.329.500,00	1.329.500,00
5-GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	7.229.100,00	7.229.100,00
6-GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.761.460,00	4.761.460,00
7-COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE	12.913.850,00	12.913.850,00
8-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.188.800,00	1.188.800,00
9-ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR	317.500,00	317.500,00
10-GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	9.179.990,00	9.179.990,00
11-GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA	208.000,00	208.000,00
12-COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR	261.200,00	261.200,00
13-PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA	713.130,00	713.130,00
14-APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	1.028.000,00	1.028.000,00
15-APOIO AO TURISMO	120.000,00	120.000,00
16-GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	10.500,00	10.500,00
17-SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	34.500,00	34.500,00
19-APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	4.200,00	4.200,00
20-ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO	6.500,00	6.500,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	468.216,60	468.216,60
TOTAL DA LDO	46.821.660,00	46.821.660,00

Dados Enviados ao Legislativo

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 14/Ago/2026, 14h e 22m.

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Estimativa das receitas

Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas 2027		Total
		Direta	Indireta	
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	54.262.890,00	-	54.262.890,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.774.300,00	-	3.774.300,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	3.098.500,00	-	3.098.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	787.000,00	-	787.000,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natu	1.549.000,00	-	1.549.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadorias e S	762.500,00	-	762.500,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas	660.400,00	-	660.400,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	222.900,00	-	222.900,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	437.500,00	-	437.500,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	304.900,00	-	304.900,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	846.130,00	-	846.130,00
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Valores Mobiliários	824.630,00	-	824.630,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	824.630,00	-	824.630,00
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	49.057.760,00	-	49.057.760,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	27.044.260,00	-	27.044.260,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Decorrentes Participação na Receita da	23.738.000,00	-	23.738.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. das Comp. Financ. p/ Exploração de Recursos N	380.000,00	-	380.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	1.839.100,00	-	1.839.100,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. do Fundo Nacional do Desenvolvi. da Educaçã	499.690,00	-	499.690,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Complementação da União ao FUNDI	294.000,00	-	294.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistência Social - F	201.050,00	-	201.050,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União	92.420,00	-	92.420,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidad	18.205.500,00	-	18.205.500,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	17.406.900,00	-	17.406.900,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. Compensações Financ. pela Expl. de Recursos N	14.300,00	-	14.300,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	388.000,00	-	388.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	396.300,00	-	396.300,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	59.800,00	-	59.800,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	-	1.000,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Restituições	1.000,00	-	1.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	465.000,00	-	465.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	465.000,00	-	465.000,00

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Estimativa das receitas

Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas 2027		Total
		Direta	Indireta	
Total de Receitas		**54.727.890,00**	-	**54.727.890,00**
Deduções da receita				
Renúncia				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	92.940,00	-	92.940,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	90.970,00	-	90.970,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	71.200,00	-	71.200,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	70.500,00	-	70.500,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadorias e S	700,00	-	700,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas	19.770,00	-	19.770,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.500,00	-	3.500,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	16.270,00	-	16.270,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	1.970,00	-	1.970,00
Descontos Concedidos				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	49.690,00	-	49.690,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.520,00	-	49.520,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	48.500,00	-	48.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	48.185,00	-	48.185,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natu	300,00	-	300,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadorias e S	15,00	-	15,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas	1.020,00	-	1.020,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	925,00	-	925,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	95,00	-	95,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	170,00	-	170,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	170,00	-	170,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	170,00	-	170,00
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Decorrentes Participação na Receita da	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidad	3.470.000,00	-	3.470.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	3.470.000,00	-	3.470.000,00
Total das Deduções		**7.906.230,00**	-	**7.906.230,00**
Total Liquido das Receitas		**46.821.660,00**	-	
Total Geral		**46.821.660,00**		**46.821.660,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

INICIAL

PROGRAMA
Operações Especiais

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 0

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 03.01.00

OBJETIVO
Operações Especiais

JUSTIFICATIVA

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **$ 1.594.600,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

PROCESSO LEGISLATIVO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 1

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CÂMARA DOS VEREADORES

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 01.01.00

OBJETIVO

Assegurar o funcionamento da câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal.

JUSTIFICATIVA

Legislar de acordo com a Lei Orgânica Municipal e legislação vigente.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 913.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 2

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CHEFE DE GABINETE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 02.02.00

OBJETIVO

Coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelos departamentos municipais; assessorar o Chefe do Poder Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante setores e autoridades municipais, estaduais e federais; repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; executar ações de natureza jurídica; promover ações de controle interno; e coordenar o processo de modernização estrutura administrativa.

JUSTIFICATIVA

Dotar o gabinete municipal de condições para supervisionar e coordenar as atividades desenvolvida no demais órgãos.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 1.205.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 3

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 03.01.00

OBJETIVO

Executar atividades de natureza administrativa, coordenar as questões relacionadas ao planejamento municipal; financeira e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face as metas estabelecidas neste plano; implantar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa.

JUSTIFICATIVA

Apoio e suprimento das estruturas administrativas e técnicas dos diferentes setores da municipalidade.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 3.333.613,40**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 4

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 04.01.00

OBJETIVO

Compreender, modernizar e operacionalizar o sistema de tributação, fiscalização e ações relacionadas aos mecanismos de arrecadação, fiscalização, controles de receitas públicas, execução orçamentária e financeira, patrimonial, visando o atendimento das normas gerais de gestão fiscal.

JUSTIFICATIVA

Conjunto de ações desenvolvidas visando garantir os recursos necessarios ao custeio dos meios administrativos, recursos humanos, materiais, serviços técnicos e institucionais, com vista a assegurar as condições operacionais da administração.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 1.329.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 5

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 05.01.00

OBJETIVO

Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações e controle, mapeamento das estradas vicinais, dotar de recursos para a manutenção de pessoal, veículos e maquinários, garantir a trafegabilidade nas estradas vicinais, locação de máquinas, caminhões e veículos leves, aquisição de equipamentos rodoviários, aquisição de caminhões basculantes, veículos entre outros, pavimentação com pedras irregulares em rodovias municipais, construção de pontes, bueiros e pontilhões.

JUSTIFICATIVA

Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações correlatas ao departamento.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 7.229.100,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 06.01.00

OBJETIVO

Planejar e apoiar a construção de conjunto habitacional; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; proceder a análise de projetos arquitetônicos, expedir alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações.

JUSTIFICATIVA

Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos da malha viária central e periferica em atendimento das ações do departamento.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 4.761.460,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 7

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 07.01.00

OBJETIVO

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais entre outros.

JUSTIFICATIVA

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os niveis de atendimento a população do municipio de forma a reduzir os custos sociais.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Consulta por habitante	Unidade	3,80	3,80
Taxa de Vacinação	%	98,00	98,00
Taxa de Mortalidade Infantil	%	0,00	0,00
Combate a AIDS. Malaria e Outras Doenças	%	96,00	67,00
Melhorar a Saúde das Gestantes	%	100,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 12.913.850,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 8

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIV.ASSIST.SOCIAL E PROM.DIR.INF.E JUV.

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 08.01.00

OBJETIVO
Execução de programas e projetos de atenção básica nas áreas da criança, adolescentes, idoso e pessoas portadoras de deficiência física e mental; Atendimento a criança com problemas de carência nutricional; Projetos e ações de assistência à terceira idade; Execução do programa de desfavelamento, moradias para pessoas carentes; Aquisição de terrenos para programas de desfavelamento; Execução das ações básicas preconizadas pela LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social 8742/93, especialmente as relacionadas ao auxilio funderal e natalidade; Auxilio a população carente com passagens, alimentação, medicamentos e documentação; Aquisição de equipamentos de informática para o trabalho social; Ampliação, reforma e aquisição de materiais e utensilios para ações sociais; Construção de casas populares para familias que se encontram em situação precária de moradia ou em faixas de risco; Apoio em parceria com a sociedade civil organizada para atendimento a calamidades públicas; Apoio as atividades dos Conselhos: Tutelar, da Criança e Adolescente e de Assistência Social; Apoio financeiro e técnico através de convênio, a programas executados por entidades não governamentais.

JUSTIFICATIVA
Executar programas sociais de natureza comunitáriom atender crianças e adolescentes, e idosos propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Idosos	Pessoas	47,00	48,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 1.188.800,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 9

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO M.DIR.DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 08.02.00

OBJETIVO
Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes.

JUSTIFICATIVA
Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Crianças e Adolescentes	%	97,00	98,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 317.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 10

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE ENSINO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 09.01.00

OBJETIVO

Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino fundamental; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar.

JUSTIFICATIVA

Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Aprovação Escolar Rede Municipal	%	100,00	100,00
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Taxa de Evasão Escolar	%	0,00	0,00
Taxa de Alfabestimo	%	2,00	2,00
Taxa de Frequência Escolar	%	96,00	97,00
Taxa de Analfabetismo de Adultos	%	1,50	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 9.179.990,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 11

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIVISÃO DE CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 09.03.00

OBJETIVO
Realização de eventos culturais e promoção de festividades turisticas.

JUSTIFICATIVA
Realização de eventos culturais e turisticos tais como festivais e festa gastronomica.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 208.000,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 12

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIVISÃO DE ESPORTES

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 09.04.00

OBJETIVO
Execução de programas voltados a pratica desportiva.

JUSTIFICATIVA
Promover a pratica desportiva no municipio, melhorando a qualidade de vida da população

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 261.200,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 13

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIV. FOM. AGRIC. PEC. PROT.MEIO AMBIENTE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 10.01.00

OBJETIVO

Apoiar o aumento da produtividade e da renda do setor agropecuário; aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente; estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis; identificar fontes poluidoras do meio ambiente; promover ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso de agrotóxico; manter viveiro florestal e produzir mudas; realização de convênios com empresas e entidades; estímulos a instalação de agroindústrias no município.

JUSTIFICATIVA

Aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente, estimular a exploração racional dos recursos renovaveis

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 713.130,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Custos para o Exercício

2027

Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 14

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 11.01.00

OBJETIVO

Promover o processo de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura para implantação de incubadoras de empresas, apoio as atividades comerciais e prestadoras de serviços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo em especial na Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Monumento Cristo Luz e promoção de eventos turísticos.

JUSTIFICATIVA

Apoio as atividades comerciais e prestadoras deservços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 1.028.000,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
APOIO AO TURISMO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 15

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 11.01.00

OBJETIVO
Execução de obras de infra-estrutura na área turistica.

JUSTIFICATIVA
Promover o turismo com execução de infra-estrutura e melhoramento das áreas turisca no municipio

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 120.000,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 16

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO DE DESEN. CIENTIFICO E TECNOLOGICO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 11.02.00

OBJETIVO
Manutenção das atividades operacionais do Centro de Desenvolvimento Cientifico e Técnologico.

JUSTIFICATIVA
Operacionalização e manutenção do Centro para capacitação dos jovens para o mercado de trabalho

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 10.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 17

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 08.03.00

OBJETIVO
AÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

JUSTIFICATIVA
Avançara na construção do desenvolvimento local e regional com impactos positivos na redução da pobreza e desigualdade social.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 34.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 19

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 08.03.00

OBJETIVO
Aprendizagem Profissional

JUSTIFICATIVA

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **$ 4.200,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 20

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 08.03.00

OBJETIVO
Atendimento Socio Educativo

JUSTIFICATIVA

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **$ 6.500,00**

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2027
Dados Aprovados pelo Legislativo

Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 2222** **Data: 01/01/2027** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 9999

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 04.01.00

OBJETIVO
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS

JUSTIFICATIVA
Atender as disposições da Lei 101/00 com passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**$ 468.216,60**
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			**$ 46.821.660,00**

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU	Outros benefícios	Renuncia de receitas previstas	15.500,00	17.300,00	19.100,00	Alteração do código tributário Municipal
Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU	Outros benefícios	Desconto sobre receitas lançadas com pagamentos a vista	48.185,00	53.215,00	57.245,00	
ITBI	Outros benefícios	Renuncia de receitas previstas	55.000,00	58.000,00	63.000,00	Alteração do código tributário Municipal
ITBI	Outros benefícios	Desconto sobre receitas lançadas com pagamentos a vista	300,00	400,00	500,00	
ISS	Outros benefícios	Renuncia de receitas previstas	700,00	900,00	1.100,00	Alteração do código tributário Municipal
ISS	Outros benefícios	Desconto sobre receitas lançadas com pagamentos a vista	15,00	20,00	25,00	
Taxas	Outros benefícios	Renuncia de receitas previstas	19.770,00	21.990,00	24.210,00	Alteração do código tributário Municipal
Taxas	Outros benefícios	Desconto sobre receitas lançadas com pagamentos a vista	1.020,00	1.250,00	1.380,00	
COSIP	Outros benefícios	Renuncia de receitas previstas	1.970,00	2.390,00	2.810,00	Alteração do código tributário Municipal
COSIP	Outros benefícios	Desconto sobre receitas lançadas com pagamentos a vista	170,00	190,00	210,00	
TOTAL			142.630,00	155.655,00	169.580,00	

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 24/Set/2026, 11h e 31m.

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00
TOTAL	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte da Informação:
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	225.606,14	558.205,53	459.471,10
Alienação de Bens Móveis	199.745,33	522.190,70	375.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	25.860,81	36.014,83	84.471,10
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	535.282,75	643.755,99	225.324,73
DESPESAS DE CAPITAL	535.282,75	643.755,99	225.324,73
Investimentos	535.282,75	643.755,99	225.324,73
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2025 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2024 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2023 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	(161.080,70)	148.595,91	234.146,37

Fonte da Informação:

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 24/Set/2026, 11h e 30m.

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I) Valor (c) = (b-a)	Variação (II-I) % (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.146.197,59	0,008	83,697	23.196.197,59	62,78
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.264.378,00	0,005	84,410	58.832.454,97	0,007	82,144	22.568.076,97	62,23
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.713.277,04	0,008	83,697	23.763.277,04	64,31
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.685.000,00	0,005	83,062	58.810.858,09	0,007	80,832	23.125.858,09	64,81
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	579.378,00	0,000	1,349	21.596,88	0,000	1,312	(557.781,12)	-96,27
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III –	579.378,00	0,000	1,349	43.193,76	0,000	1,312	(536.184,24)	-92,54
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	3.921.526,64	0,000	-	3.921.526,64	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(4.616.611,53)	(0,001)	-	(4.616.611,53)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	(733.412,03)	(0,000)	-	(733.412,03)	

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	784.677.000.000,00	784.677.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	42.961.971,88	44.147.190,66

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Fonte da Informação:

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.346.070,00	36.264.378,00	5,59	38.077.597,00	5,00	45.997.030,00	20,80	49.230.715,00	7,03	52.453.760,00	6,55
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	33.810.000,00	35.685.000,00	5,55	43.794.465,00	22,73	45.218.443,40	3,25	48.408.282,25	7,05	51.569.522,95	6,53
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0,00	-	0,00	1.799.168,90	0,00	518.184,56	-71,20	401.713,32	-22,48
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0,00	-	0,00	(6.200.831,10)	0,00	(7.481.815,44)	20,66	(7.598.286,68)	1,56
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0,00	-	0,00	868.192,30	0,00	1.280.984,34	47,55	116.471,24	-90,91

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.346.070,00	36.264.378,00	5,59	38.077.597,00	5,00	45.997.030,00	20,80	49.230.715,00	7,03	52.453.760,00	6,55
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	33.810.000,00	35.685.000,00	5,55	43.794.465,00	22,73	45.218.443,40	3,25	48.408.282,25	7,05	51.569.522,95	6,53
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0,00	-	0,00	1.799.168,90	0,00	518.184,56	-71,20	401.713,32	-22,48
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0,00	-	0,00	(6.200.831,10)	0,00	(7.481.815,44)	20,66	(7.598.286,68)	1,56
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0,00	-	0,00	868.192,30	0,00	1.280.984,34	47,55	116.471,24	-90,91

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Fonte da Informação:

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 24/Set/2026, 11h e 27m.

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	46.821.660,00	46.821.660,00	0,005	101,003	50.099.275,00	50.099.275,00	0,005	100,967	53.368.205,00	53.368.205,00	0,005	100,936
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	45.997.030,00	45.997.030,00	0,005	99,224	49.230.715,00	49.230.715,00	0,005	99,217	52.453.760,00	52.453.760,00	0,005	99,207
Receitas Primárias Correntes	45.532.030,00	45.532.030,00	0,005	98,221	48.750.715,00	48.750.715,00	0,005	98,250	51.958.760,00	51.958.760,00	0,005	98,270
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.633.810,00	3.633.810,00	0,000	7,839	3.816.025,00	3.816.025,00	0,000	7,691	4.002.140,00	4.002.140,00	0,000	7,569
Transferências Correntes	41.294.160,00	41.294.160,00	0,005	89,079	44.306.870,00	44.306.870,00	0,005	89,294	47.297.540,00	47.297.540,00	0,005	89,455
Demais Receitas Primárias Correntes	604.060,00	604.060,00	0,000	1,303	627.820,00	627.820,00	0,000	1,265	659.080,00	659.080,00	0,000	1,247
Receitas Primárias de Capital	465.000,00	465.000,00	0,000	1,003	480.000,00	480.000,00	0,000	0,967	495.000,00	495.000,00	0,000	0,936
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	46.821.660,00	46.821.660,00	0,005	101,003	50.099.275,00	50.099.275,00	0,005	100,967	53.368.205,00	53.368.205,00	0,005	100,936
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	45.218.443,40	45.218.443,40	0,005	97,545	48.408.282,25	48.408.282,25	0,005	97,559	51.569.522,95	51.569.522,95	0,005	97,534
Despesas Primárias Correntes	41.062.843,40	41.062.843,40	0,005	88,580	44.053.362,25	44.053.362,25	0,005	88,783	47.310.922,95	47.310.922,95	0,005	89,480
Pessoal e Encargos Sociais	18.823.850,00	18.823.850,00	0,002	40,607	20.461.070,00	20.461.070,00	0,002	41,236	22.453.820,00	22.453.820,00	0,002	42,467
Outras Despesas Correntes	22.238.993,40	22.238.993,40	0,003	47,974	23.592.292,25	23.592.292,25	0,003	47,547	24.857.102,95	24.857.102,95	0,002	47,013
Despesas Primárias de Capital	4.155.600,00	4.155.600,00	0,000	8,964	4.354.920,00	4.354.920,00	0,000	8,777	4.258.600,00	4.258.600,00	0,000	8,054
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	778.586,60	778.586,60	0,000	1,680	822.432,75	822.432,75	0,000	1,657	884.237,05	884.237,05	0,000	1,672
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	778.586,60	778.586,60	0,000	1,680	822.432,75	822.432,75	0,000	1,657	884.237,05	884.237,05	0,000	1,672
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	824.630,00	824.630,00	0,000	1,779	868.560,00	868.560,00	0,000	1,750	914.445,00	914.445,00	0,000	1,730
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	420.000,00	420.000,00	0,000	0,906	440.000,00	440.000,00	0,000	0,887	465.000,00	465.000,00	0,000	0,879
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.799.168,90	1.799.168,90	0,000	3,881	518.184,56	518.184,56	0,000	1,044	401.713,32	401.713,32	0,000	0,760
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(6.200.831,10)	(6.200.831,10)	(0,001)	(13,376)	(7.481.815,44)	(7.481.815,44)	(0,001)	(15,078)	(7.598.286,68)	(7.598.286,68)	(0,001)	(14,371)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	868.192,30	868.192,30	0,000	1,873	1.280.984,34	1.280.984,34	0,000	2,582	116.471,24	116.471,24	0,000	0,220

PARÂMETROS	2027	2028	2029
PIB Nominal	883.803.000.000,00	937.604.000.000,00	994.681.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	46.356.660,00	49.619.275,00	52.873.205,00

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Fonte da Informação:

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As metas foram elaboradas considerando as projeções das receitas e despesas municipais para o periodo, tendo como referência o comportamento histórico da arrecadação, a expectativa de crescimento das receitas próprias e das transferências correntes, as perspectivas econômicas para os exercícios projetados e as necessidades de manutenção dos serviços públicos e realização dos investimentos municipais.

O demonstrativo apresenta os valores projetados para cada exercício em valores correntes e constantes, bem como sua representatividade em relação ao Produto Interno Bruto – PIB e à Receita Corrente Liquida – RCL, permitindo a análise da evolução das metas fiscais sob diferentes perspectivas.

Para o exercício de 2027, a Receita Total, exceto fontes do RPPS, está estimada em R$ 46.821.660,00, enquanto as Receitas Primárias estão projetadas em R$ 45.532.030,00. Para os exercícios seguintes, estima-se Receita Total de R$ 50.099.275,00 em 2028 e R$ 53.368.205,00 em 2029, com Receitas Primárias projetadas em R$ 49.230.715,00 e R$ 52.453.760,00, respectivamente.

As Receitas Primárias Correntes são constituídas principalmente pelas receitas provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, das Transferências Correntes e das demais receitas primárias correntes. Para 2027, foram estimadas receitas de R$ 3.633.810,00 com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, R$ 41.294.160,00 com Transferências Correntes e R$ 604.060,00 com Demais Receitas Primárias Correntes.

Para 2028, as mesmas receitas estão projetadas em R$ 3.816.025,00, R$ 44.306.870,00 e R$ 627.820,00, respectivamente. Para 2029, as projeções correspondem a R$ 4.002.140,00, R$ 47.297.540,00 e R$ 659.080,00.

No âmbito das despesas, a Despesa Total, exceto fontes do RPPS, está estimada em R$ 46.821.660,00 para 2027, R$ 50.099.275,00 para 2028 e R$ 53.368.205,00 para 2029.

As Despesas Primárias foram projetadas em R$ 45.218.443,40 para 2027, R$ 48.408.282,25 para 2028 e R$ 51.569.522,95 para 2029. Deste montante, as Despesas Primárias Correntes correspondem a R$ 41.062.843,40 em 2027, R$ 44.053.362,25 em 2028 e R$ 47.310.922,95 em 2029.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais estão estimadas em R$ 18.823.850,00 para 2027, R$ 20.461.070,00 para 2028 e R$ 22.453.820,00 para 2029. As Outras Despesas Correntes estão projetadas em R$ 22.238.993,40, R$ 23.592.292,25 e R$ 24.857.102,95, respectivamente.

As Despesas Primárias de Capital foram estimadas em R$ 4.155.600,00 para 2027, R$ 4.354.920,00 para 2028 e R$ 4.258.600,00 para 2029, contemplando a programação de investimentos e demais despesas de capital de natureza primária previstas para o periodo.

A partir das projeções de receitas e despesas primárias, foi estabelecida meta de Resultado Primário positiva de R$ 778.586,60 para 2027, R$ 822.432,75 para 2028 e R$ 884.237,05 para 2029. O resultado demonstra a expectativa de manutenção de equilíbrio entre as receitas e despesas primárias e contribui para a sustentabilidade fiscal do Municipio. Em relação as dívidas consolidadas, foram considerados os valores previstos dos contratos que estão vigentes no no momento de elaboração da LDO.

As projeções das metas fiscais poderão ser revistas quando da elaboração das respectivas Leis Orçamentárias Anuais e durante a execução dos orçamentos, em função de alterações nas condições econômicas, no comportamento da arrecadação, nas transferências constitucionais e legais, na legislação vigente ou em outros fatores que possam influenciar as receitas e despesas municipais.

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:42BB4DFA

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.811, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS AÇÕES E METAS PARA ELABORAÇÃO DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Bom Sucesso do Sul para o exercício financeiro de 2027 observarão as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas estabelecidos nesta Lei, compreendendo:
As Metas e Prioridades da Administração Municipal;
Da Organização e Estrutura dos Orçamentos;
As Diretrizes para a Elaboração e a execução do Orçamento do Município e suas alterações;
As disposições sobre a Reserva de Contingência;
As disposições sobre os créditos suplementares, especiais e outros
As disposições sobre as transferências públicas
Os ajustamentos do Plano Plurianual;
As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
As Disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
As Disposições sobre alterações na Legislação Tributária; e
As Disposições Gerais.

Parágrafo Único. Integram também a presente lei os seguintes anexos:

Demonstrativo de Riscos Fiscais;
Demonstrativo de Benefícios Fiscais;
Demonstrativo de Metas Anuais;
Relatório de Projetos em Execução, em atendimento ao art. 45, parágrafo
único, da Lei complementar nº 101/2000;

I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 são as especificadas no Anexo III desta Lei, sendo estabelecidas por unidades executoras, funções e subfunções, programas de governo e ações de governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º A utilização do superávit financeiro de recursos ordinários do ano de 2026 será feita prioritariamente para financiar as ações de governo previstas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o *caput,* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 3º As Ações/Metas especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em consonância com as especificadas no Plano Plurianual – PPA, período 2026-2029, e ainda, na Lei Orçamentária Anual para 2027, a ser encaminhada à Câmara Municipal até 31 de outubro de 2026.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo.
§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA.

II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

§ 1º O Orçamento Fiscal compreenderá as receitas e despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal, ressalvadas as despesas classificadas no Orçamento da Seguridade Social.

§ 2º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as receitas e despesas destinadas às ações integrantes da seguridade social, observadas a legislação vigente e a classificação orçamentária aplicável ao Município.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e suas respectivas unidades orçamentárias, discriminará a receita orçamentária por natureza da receita, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa de governo, ação orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§ 1º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são estabelecidos na Portaria SOF/SETO/ME nº 42, de 14 de abril de 1999, divulgada em sua versão consolidada pela Portaria SOF/ME nº 2.520, de 21 de março de 2022, com alterações promovidas pelas Portarias SOF/MPO nº 221, de 7 de agosto de 2023, e nº 169, de 12 de junho de 2024.

§ 2º A ação orçamentária corresponde a projeto, atividade ou operação especial.

§ 3º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

Pessoal e encargos sociais - 1;
Juros e encargos da dívida - 2;
Outras despesas correntes - 3;
Investimentos - 4;
Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;
Amortização da dívida - 6;
Reserva de contingência - 9.

§ 4º Os conceitos e classificações relativos à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa e aos demais níveis da classificação da despesa orçamentária observarão as normas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, especialmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, durante a execução orçamentária, os ajustes necessários na modalidade de aplicação das dotações orçamentárias, observada a legislação vigente e os procedimentos e classificações estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 8º Ficao Poder Executivoautorizado a classificarno elemento dedespesa 92 – Despesasde Exercícios Anteriores, as despesas deexercícios encerrados,observadas as disposiçõesdo art. 37da Lei Federalnº 4.320, de17 de marçode 1964, edemais normas aplicáveis.
Parágrafo único. Parafins de classificaçãodas despesas compessoal e encargossociais, poderá serutilizado o desdobramentofacultativo do elementode despesa, conformeregulamentação vigente.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a adequar, incluir, alterar ou excluir códigos de destinação e fontes de recursos na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, sempre que necessário para atender às normas e classificações estabelecidas pelos órgãos competentes, observada a vinculação legal dos recursos.

Parágrafo Único. O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.

Art. 10 A Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

Ao pagamento de precatórios judiciais
Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, Requisições de Pequeno Valor - RPV
Ao pagamento de juros, de encargos e da amortização da dívida fundada.

Art. 11 A alocação dos créditos orçamentários será feita para a unidade orçamentária, responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 12 O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, constituir-se-á de:

Texto da lei;
Quadros orçamentários consolidados;
Anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita por fontes de recursos e a despesa, na forma da legislação vigente;
Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
Demonstrativo consolidado da receita e despesa, destinados ao atendimento à criança e ao adolescente, conforme o § 3º, do art. 14, da Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR.

§ 1º. Os quadros orçamentários consolidados a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os anexos a que se refere o inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, são:

Evolução da receita, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;
Evolução da despesa, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa;
Resumo das receitas, por categoria econômica e origem dos recursos;
Resumo das despesas, por categoria econômica e origem dos recursos;
Receita e despesa, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
Receita de acordo com a classificação constante do Anexo III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
Despesa, segundo o poder e o órgão, a destinação de recursos e os grupos de natureza da despesa;
Despesa, segundo a função, a subfunção, o programa, os grupos de natureza da despesa e as modalidades de aplicação;
Despesa, segundo os Programas de Governo;
Programação referente à aplicação de recursos mínimos para o financiamento das ações de ensino, visando ao cumprimento do art. 212, da Constituição Federal, de 1988, e suas alterações;
Programação referente à aplicação de recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e suas alterações;
Programação estimadados recursos destinadosao Poder LegislativoMunicipal, observados oslimites estabelecidos noart. 29-Ada Constituição Federal.
Demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita;
Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
Demonstrativo consolidado da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas fiscais.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

O demonstrativo dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais;
O esclarecimento da estimativa para os principais itens da receita;
A justificativa para a fixação das principais despesas.

§ 3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentária Anual, e os créditos adicionais, com a sua despesa discriminada por elemento de despesa, e com a identificação da destinação dos recursos.

III - DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, para:

A estimativa das receitas de que trata o § 3º, do art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

A proposta de Lei Orçamentária Anual para 2027, e seus anexos;
A Lei Orçamentária Anual para 2027, e seus anexos.

Art. 14 Será assegurada a destinação de recursos orçamentários para a implementação e manutenção de programas públicos voltados ao atendimento da criança, do adolescente e do jovem no Município, observado o disposto no art. 227 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e na Instrução Normativa nº 36, de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 15 Naelaboração, aprovação eexecução da LeiOrçamentária Anual, deverãoser observadas asmetas fiscais estabelecidasno Anexo deMetas Fiscais eas disposições constantesdo Anexo deRiscos Fiscais destaLei, em conformidadecom o dispostona Lei ComplementarFederal nº 101, de 4 demaio de 2000.

Art. 16 Aalocação de recursosna Lei OrçamentáriaAnual e emcréditos adicionais, bemcomo a respectivaexecução, serão realizadasde forma apropiciar o controledos custos dasações e aavaliação dos resultadosdos programas degoverno, conforme dispõeo art. 4º, inciso I, alínea"e", e oart. 50, § 3º, da Lei ComplementarFederal nº 101, de 4 demaio de 2000.

Art. 17 A Procuradoria do Município encaminhará ao órgão responsável pela elaboração do orçamento municipal, até 31 de julho de cada exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária Anual, observados os prazos e demais requisitos estabelecidos no art. 100 da Constituição Federal e na legislação aplicável, contendo as informações necessárias à sua identificação.

§ 1º A inclusão de dotações para pagamento de precatórios observará a ordem cronológica e as preferências estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação aplicável.
§ 2º A atualização monetária dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor – RPV observará os critérios estabelecidos na Constituição Federal, nas Emendas Constitucionais aplicáveis e nas

normas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelos Tribunais competentes.

Art. 18 Naprogramação da despesanão poderão serincluídas:

Despesas semque estejam definidasas respectivas fontesde recursos elegalmente constituídasas unidades responsáveispela execução;
Despesas atítulo de investimentoscom regime deexecução especial, ressalvadosos casos decalamidade pública formalmentereconhecida, na formado § 3º doart. 167 daConstituição Federal.

Art. 19 As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e dos créditos adicionais aprovados procederão ao empenho da despesa, observados os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso, em conformidade com as respectivas classificações orçamentárias e demais normas vigentes, de modo a assegurar que a execução da despesa ocorra em estrita observância dos princípios da legalidade, do planejamento, da transparência, da eficiência e da responsabilidade na gestão fiscal, compatibilizando a autorização orçamentária com a disponibilidade financeira do ente e preservando o equilíbrio das contas públicas.

Art. 20 A Receita Total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada para atender às despesas públicas, observada a seguinte ordem de prioridades:

Despesa com pessoal e encargos sociais;
Contribuições previdenciárias e demais obrigações patronais perante o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
Pagamento da amortização da dívida pública e dos respectivos encargos;
Cumprimento das aplicações mínimas constitucionais em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da criança, do adolescente e do jovem;
Cumprimento das obrigações constitucionais relativas ao repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;
Custeios administrativos e operacionais, assim entendidas as despesas necessárias para garantir o funcionamento dos serviços públicos essenciais à população;
Contrapartidas financeiras do Município em operações de crédito;
Contrapartidas financeiras do Município em convênios, acordos, ajustes e demais instrumentos congêneres celebrados com a União, o Estado ou outros entes públicos;
Conclusão dos investimentos em andamento;
Execução de novos investimentos.

Art. 21 O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às ações e serviços de saúde, assistência social e às despesas previdenciárias decorrentes das obrigações do Município perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS:

Das contribuições sociais;
Dos recursos consignados no Orçamento Fiscal;
Das demais receitas, inclusive as próprias, as vinculadas e as arrecadadas por órgãos, entidades e fundos cujas despesas integrem a Lei Orçamentária Anual.

Art. 22 Compete aos Departamentos Municipais de Administração e de Finanças a coordenação do processo de elaboração, consolidação e encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei, cabendo-lhes:

Estabelecer o calendário das atividades e os prazos necessários à elaboração das propostas orçamentárias;
Elaborar, organizar e disponibilizar os materiais, orientações e instrumentos necessários à formulação das propostas parciais dos Orçamentos Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município;
Expedir as instruções e orientações técnicas necessárias ao correto preenchimento e encaminhamento das propostas parciais que integrarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. As unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo deverão participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, encaminhando aos órgãos responsáveis pela coordenação do orçamento suas respectivas demandas, estimativas de despesas, prioridades e informações necessárias à composição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, observados os limites estabelecidos nas diretrizes orçamentárias, na programação financeira e na legislação vigente.

Art. 23 Poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 as dotações destinadas à execução de despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito autorizadas até o exercício de 2026, desde que observadas as disposições legais aplicáveis, os limites de endividamento, as condições estabelecidas pelos órgãos competentes e as normas de responsabilidade fiscal.

Art. 24 O Poder Legislativo Municipal observará, para a fixação de suas dotações orçamentárias para o exercício financeiro de 2027, o limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, cuja base de cálculo será apurada na forma constitucional, considerando as receitas efetivamente realizadas no exercício anterior, observadas as normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 25 São vedados aos ordenadores de despesa quaisquer atos ou procedimentos administrativos que autorizem a execução de despesas sem a observância das disposições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente quanto à demonstração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à declaração de adequação orçamentária e financeira da despesa.

Parágrafo único. A Contabilidade Municipal efetuará o registro dos atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial que tenham sido efetivamente realizados, sem prejuízo da apuração das responsabilidades dos agentes públicos e da adoção das providências cabíveis quando constatada a inobservância das disposições previstas no caput deste artigo.

Art. 26 Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, considera-se:

Que as estimativas de impacto orçamentário-financeiro e as declarações do ordenador de despesa quanto à adequação orçamentária e financeira da despesa deverão integrar o respectivo processo administrativo, inclusive aqueles relacionados às contratações públicas regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como aos procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos previstos no § 3º do art. 182 da Constituição Federal;
Como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os valores atualizados na forma da legislação federal vigente e dos atos normativos que venham a regulamentá-los.

Art. 27 As propostas de criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado no âmbito do Poder Executivo Municipal, assim entendidas aquelas decorrentes de lei, ato normativo ou obrigação legal que imponham ao Município a execução de despesa corrente por período superior a dois exercícios financeiros, deverão atender às disposições previstas no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação municipal aplicável, especialmente na Lei Complementar Municipal nº 133, de 15 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. As propostas de que trata o caput deste artigo deverão ser encaminhadas previamente aos Departamentos Municipais de Administração e de Finanças, para análise da compatibilidade orçamentária e financeira, avaliação do impacto da despesa e verificação do atendimento aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

Art. 28 Os recursos financeiros repassados pelo Município mediante termos de fomento, termos de colaboração, convênios ou instrumentos congêneres, quando não utilizados integralmente no objeto pactuado, bem como os respectivos rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser devolvidos ao Tesouro Municipal pela entidade beneficiária, observados os prazos e as condições estabelecidos no respectivo instrumento jurídico e na legislação vigente.

Parágrafo único. A devolução dos saldos remanescentes deverá ocorrer preferencialmente até 31 de janeiro do exercício subsequente ao da execução da parceria, salvo disposição diversa prevista no instrumento celebrado ou na regulamentação aplicável.

Art. 29 O Poder Executivo elaborará e publicará a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, detalhados por órgão e unidade orçamentária, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a finalidade de assegurar a compatibilidade entre a execução da despesa e o ingresso dos recursos financeiros, bem como o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, em prazo compatível com a elaboração da programação financeira municipal, sua previsão de desembolso mensal para o exercício de 2027, para fins de consolidação das informações e elaboração da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Município.

§ 2º O Poder Executivo deverá publicar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 30 No mesmo prazo estabelecido para a publicação da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, contendo as medidas destinadas ao combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como a quantidade de ações ajuizadas e os respectivos valores destinados à cobrança da dívida ativa, além do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31 Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estabelecerá, mediante ato próprio, os percentuais e os montantes a serem contingenciados por órgão, entidade e fundo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e na legislação vigente.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais de execução, bem como aquelas consideradas essenciais à manutenção dos serviços públicos, as destinadas ao atendimento da criança, do adolescente e do jovem, além de outras definidas em ato próprio do Poder Executivo.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será realizada de forma proporcional à participação de cada Poder no conjunto das dotações orçamentárias iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará oficialmente o Poder Legislativo e apresentará os relatórios e demonstrativos necessários, inclusive os balancetes do bimestre imediatamente anterior, quando constatado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação e na definição da necessidade de adoção do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, deverá ser considerado o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observado o comportamento dos recursos por fonte ou destinação de recursos.

IV - DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 32 A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será constituída com recursos correspondentes a, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Resguardados os recursos necessários ao atendimento dos passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos previstos no caput, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais, observadas as condições estabelecidas nesta Lei e na legislação vigente.

§ 2º Caso os riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências não se concretizem até 30 de novembro do exercício financeiro, os recursos correspondentes poderão ser utilizados, a partir de 1º de dezembro, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, mediante ato próprio do Poder Executivo, observadas as disposições legais aplicáveis.

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência deverá preservar a finalidade estabelecida no caput deste artigo, assegurando a disponibilidade necessária para o atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos.

V - DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES, ESPECIAIS E OUTROS

Art. 33 A Lei Orçamentária Anual conterá autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares, mediante decreto, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada, com os respectivos limites para o Orçamento Fiscal e para a Seguridade Social.

Art. 34 Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais, serão apresentados na forma e com os detalhamentos idênticos aos da Lei Orçamentária Anual.

Art. 35 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro anterior, quando houver saldo a executar, poderá ser realizada no exercício seguinte, nos limites dos respectivos saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 36 Observado o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a promover transposições, remanejamentos e transferências de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, quando necessários à adequação da execução orçamentária em decorrência de alterações na estrutura administrativa, da criação, extinção, transformação, incorporação, fusão ou desmembramento de órgãos, entidades ou unidades administrativas, bem como de modificações em suas competências e atribuições, preservada a finalidade dos programas, ações e metas governamentais.

VI - DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 37 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações destinadas à concessão de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de natureza continuada e prestem atendimento direto e gratuito à população nas áreas de assistência social, saúde e educação, observado o disposto na legislação vigente.

§ 1º As entidades privadas sem fins lucrativos interessadas no recebimento de subvenções sociais deverão atender aos requisitos estabelecidos em regulamentação Municipal.

§ 2º A transferência de recursos públicos às entidades de que trata este artigo será formalizada mediante os instrumentos jurídicos cabíveis, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, bem como, quando aplicável, nos arts. 184 e 184-A da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente em seu art. 26, e demais normas pertinentes.

Art. 38 As parcerias celebradas pela Administração Pública Municipal com organizações da sociedade civil, com ou sem transferência de recursos financeiros, observarão o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 39 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefício financeiro destinado ao custeio de aluguel de imóvel residencial para famílias em situação de emergência habitacional e em condição de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Aluguel Social – PAS, observado o disposto na Lei Municipal Nº 1.617/2022, que o instituiu e na legislação aplicável.

Parágrafo único. A concessão, a manutenção, o valor, o prazo, os critérios de elegibilidade e as demais condições para a percepção do benefício serão disciplinados pela legislação específica do Programa de Aluguel Social e por sua regulamentação.

VII - DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 40 A inclusão, a exclusão ou a alteração de programas, ações, prioridades e metas constantes dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município poderão ser propostas pelo Poder Executivo mediante projeto de lei específico, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, observada a legislação vigente.

VIII - DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações suficientes para o pagamento do serviço da dívida pública municipal.

Parágrafo único. As dotações de que trata o caput compreenderão as despesas com juros, encargos e amortização da dívida decorrente de operações de crédito contratadas ou autorizadas até o encerramento do exercício de 2026

IX - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 42 As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas em conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis e com os limites e demais normas estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 43 Para fins de elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, a projeção das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo terá como base a folha de pagamento vigente no mês de julho de 2026, compatibilizada com a execução da despesa até esse período e com os acréscimos decorrentes da legislação aplicável.

Art. 44 A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, observará o disposto na Lei Orgânica do Município, e será concedida mediante lei específica, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a existência de dotação orçamentária suficiente na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 ou em créditos adicionais e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 A instituição, concessão ou aumento de vantagem pecuniária, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração e a implementação de planos de carreira, a realização de concursos públicos, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, bem como a implantação de programas de qualidade, produtividade, remuneração variável, mobilidade funcional e demais formas de desenvolvimento funcional previstas na legislação municipal poderão ser efetivadas no exercício de 2027, desde que:

Sejam observadas as disposições dos arts. 37 e 169 da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
Haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
Exista disponibilidade financeira para suportar as respectivas despesas; e
Sejam respeitados os limites legais de despesa com pessoal.

Art. 46 O Poder Legislativo, no exercício financeiro de 2027, observará, quanto às despesas com pessoal e encargos sociais o disposto nesta Lei.

X - DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47 O Poder Executivo poderá, mediante autorização em lei específica, conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária com vistas a estimular o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes pertencentes a segmentos sociais menos favorecidos, desde que observadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os incentivos ou benefícios de que trata o caput deverão ser considerados na estimativa da receita orçamentária e estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes, bem como atender às demais exigências previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 48 Os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança, poderão ser cancelados, observada a legislação tributária municipal e demais normas aplicáveis, não caracterizando renúncia de receita, nos termos do art. 14, § 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira que implique renúncia de receita deverá observar as condições previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, inclusive quanto à adoção das medidas de compensação, quando exigidas.

Art. 50 A execução da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais observará os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Art. 51 Todas as receitas arrecadadas pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso, observadas as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Art. 52 O Poder Executivo publicará a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 acompanhada do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, contendo o detalhamento das dotações por unidade orçamentária e categoria de programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 53 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, para abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante prévia e

específica autorização legislativa, observado o disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 54 As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades desta Lei e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 deverão observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e orçamento, promovendo-se, quando necessário, os ajustes pertinentes entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 55 As metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei poderão ser atualizadas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, em decorrência de alterações nos parâmetros macroeconômicos utilizados nas estimativas de receitas e despesas, bem como da avaliação da execução orçamentária do exercício em curso.

Art. 56 As metas físicas previstas no Anexo de Metas e Prioridades desta Lei poderão ser atualizadas quando da aprovação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 que impliquem alteração da programação orçamentária, visando à compatibilização entre as peças de planejamento e orçamento.

Art. 57 As condições para contratação, os custos de referência e a execução de obras e serviços de engenharia financiados com recursos provenientes de outros entes da Federação ou de agentes financeiros observarão os critérios e normas estabelecidos pelo órgão ou instituição responsável pelo repasse dos recursos.

Art. 58 Em atendimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Orçamentária Anual e as leis de créditos adicionais somente incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.
Parágrafo único: As obras e projetos em andamento são especificados no Anexo IV - Relatório de Investimentos - Projetos em Andamento, em cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 59 Para fins de cumprimento do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Municipal deverão integrar-se ao sistema integrado de administração financeira e controle mantido pelo Poder Executivo, observadas as disposições legais e preservadas a autonomia administrativa e financeira de cada Poder.

Art. 60 A Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP será centralizada em uma única unidade orçamentária da Administração Direta, responsável pelo seu empenho, liquidação, pagamento e controle, observadas, para fins de custeio, as respectivas fontes de recursos que integram a base de cálculo da contribuição, salvo determinação legal em contrário.

Parágrafo único. Na Administração Direta, quando o valor anual da contribuição para o PASEP, calculado sobre determinada fonte de recursos, for inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), poderá ser custeado com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 61 Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não seja aprovado até o encerramento da sessão legislativa do exercício de 2026, a Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, para apreciação da matéria.

Art. 62 Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não ser sancionado ou promulgado até 1º de janeiro de 2027, poderá ser executada a programação constante do respectivo Projeto, mensalmente, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, até a sanção ou promulgação da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O limite previsto no caput não se aplica às despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais de execução, ao serviço da dívida pública, às despesas necessárias à continuidade de serviços públicos essenciais e às demais despesas cuja execução seja autorizada pela legislação vigente, observado, em qualquer caso, o limite da disponibilidade financeira e a necessidade de continuidade do serviço público.

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Bom Sucesso do Sul para o exercício financeiro de 2027.

Art. 64 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23(vinte e três) dias mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:D90DFEAD

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 491, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão– PR**, a serviço do Departamento de Educação, Cultura e Esporte, para participação da VI Copa LEA de Futsal.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Alessandro José Capelin	Chefe de Divisão de Espotes	**27/09/2026** Saída: 07:00h Retorno: 12:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Evandro Pilonetto	Professor de Educação Física	**27/09/2026** Saída: 07:00h Retorno:12:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Roni Eduardo Arsego	Motorista	**27/09/2026** Saída: 07:00h Retorno: 12:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:36B05486

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 492, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor Roni Eduardo Arsego.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Roni Eduardo Arsego**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **378-6/2, 01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, retroativo ao dia **23 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Pato Branco-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento de Educação, Cultura e Esporte, para levar veículo da Frota Escolar no Detran para vistoria semestral.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro do ano de 2026**.